

# Acesso à Justiça, Direitos Humanos e Mediação de Conflitos:

reflexões a partir das  
Lideranças Comunitárias

Valdênia Brito Monteiro (org)





# **Acesso à Justiça, Direitos Humanos e Mediação de Conflitos:**

reflexões a partir das  
Lideranças Comunitárias

Valdênia Brito Monteiro (org)

GAJOP | Recife 2013

A532 Acesso à justiça, direitos humanos e mediação de conflitos: reflexões a partir das lideranças Comunitárias / Valdênia Brito Monteiro, Kelly Regina Santos da Silva, Jane Farinazzo; organização de Valdênia Brito Monteiro. \_ Recife: Gajop, 2013.

1. Direitos humanos. 2. Administração de conflitos. 3. Mediação. 4. Liderança comunitária. I. Monteiro, Valdênia Brito. II. Silva, Kelly Regina Santos da. III. Farinazzo, Jane. IV. Título: Reflexões a partir das Lideranças Comunitárias

CDD 323.4

ISBN: 978-85-63518-09-5

## Sumário

Apresentação .....	5
Emboladhescas .....	7
Introdução .....	9
Perfil socioeconômico dos líderes .....	12
Atuação das lideranças comunitárias .....	19
Níveis de confiança nas instituições .....	22
Percepções de justiça, direitos humanos e segurança .....	26
Considerações Finais .....	36
Anexo .....	39
Questionário .....	41



## Apresentação

“O povo pensa que o povo não pensa. O povo pensa!” Com estas palavras o sempre lembrado arcebispo emérito de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, sintetizou de forma célebre o pensamento dos que acreditam que, para que mudanças efetivas venham a ser realizadas em nossa sociedade, é imprescindível que trabalhemos em conjunto com as comunidades e seus moradores, pois estamos inseridos neste contexto.

O encontro dos movimentos sociais populares com o Direito deve ser compreendido, de acordo o pensamento de Roberto Lyra Filho, como algo que ultrapassa a fronteira do legalismo estrito, percebendo o direito sendo produzido e “achado na rua”. É por meio da atuação no debate público, nas manifestações e reivindicações populares que se pode ampliar o entendimento do que verdadeiramente é justiça e as considerações sobre o acesso a ela.

Toda tentativa de transformação social, passa pela marcha contínua de análise do Direito à luz de um pensamento crítico e sociológico, que deve externar cotidianamente a necessidade de que este mesmo Direito venha a ser um instrumento fomentador de uma sociedade, já em construção, pautada em parâmetros justos e igualitários, ou seja, a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, ao falarmos sobre o Direito, como meio para as garantias fundamentais e os Direitos Humanos, não se deve esquecer de associar a tal conjuntura a questão que envolve o acesso à justiça.

Costumeiramente, as principais abordagens em torno do Acesso à Justiça figuram o mesmo enquanto este movimento dinâmico de busca pelo vencer os óbices que se fazem presentes no cotidiano social visando atingir os meios formais ou extrajudiciais, mais eficazes para a resolução de conflitos.

José Geraldo de Sousa Júnior afirma, de maneira rica e emancipatória, que “há que se garantir que este acesso ao direito se baseie numa ação legítima garantindo todo projeto válido de ação, pois, e correspectivamente, é da ação que emergem os problemas, e dos problemas que nascem as ideias, conscientizando vivências, fundindo-se assim teoria e prática”.(JUNIOR, J. G. S., 2008). É assim, buscando colher e refletir sobre a percepção das lideranças e representantes dos mais variados grupos e movimentos sociais comunitários da Região Metropolitana do Recife, que o Gajop, por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Métodos Não-Violentos de Resolução de Conflitos e Direitos Humanos (NUIDH), com o apoio da União Europeia, apresenta esta obra visando colaborar para a construção de uma matéria crítica contra-hegemônica, para a exigibilidade e efetivação dos Direitos Humanos em nosso País.

A todas e todos, desejamos uma ótima leitura!

*Rodrigo Deodato*

Coordenação Executiva Gajop



## Emboladhescas

Eu vou cantar e vou lutar  
Contra o ódio dos tiranos  
Pelos direitos humanos  
Com a cultura popular

Tudo que brota do povo com liberdade  
Carrega a sua verdade  
seu anseio e seu sonhar  
e a cultura nos une na emoção  
dando liga e união  
pra coragem não faltar

a liberdade da primeira geração  
combateu a opressão  
tirou o rei do lugar  
e toda arte que vem do nosso folguedo  
também reagiu ao medo  
pra poder se libertar

### **REFRÃO**

A igualdade que hoje se faz presente  
É fruto que muita gente  
Sangrou para lhe aguar  
E toda arte que nasce da nossa gente  
Cultiva sua semente  
Como forma da afirmar

A geração dos iguais é a segunda  
E a cultura é o que inunda  
Nosso peito de sonhar  
o nosso mundo so será terra de iguais  
Se as matrizes culturais  
Souberem se respeitar

Ser solidário, de gerações a terceira  
Tirando a nossa viseira  
Abrindo o nosso enxergar  
Pois essa lista de direito e garantias  
Aumenta todos os dias  
Basta a gente não parar  
Mas tudo isso so tem futuro e ventura  
Se o bom caldo da cultura  
Você souber engrossar  
Ame no outro, abra a porta do seu peito  
Se livre do preconceito  
E deixe o bem frutuficar

*Antônio Marinho*

Canto e Poesia

# Acesso à Justiça, Direitos Humanos e Mediação de Conflitos: reflexões das Lideranças Comunitárias

VALDÊNIA BRITO MONTEIRO<sup>1</sup>

KELLY REGINA SANTOS DA SILVA

JANE FARINAZZO

*Todos os seres humanos nascem livres e iguais  
em dignidade e em direitos.*

Declaração Universal dos Direitos Humanos

---

1 Valdênia Brito Monteiro, mestra em Direito pela UFPE, doutoranda pela Universidade de Buenos Aires (UBA), integra a equipe do NUIDH do Gajop, entidade de direitos humanos, professora e coordenadora do Curso de Especialização da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e professora da Universo. Kelly Regina Santos da Silva, graduada em Filosofia e especialista em Direitos Humanos pela Unicap. mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFPE, bolsista Capes. Integra a equipe do NUIDH. Jane Farinazzo, graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário da Bahia, Especialização em Metodologia e Prática de Ensino em Gênero na UFBA e Acadêmica de Direito pela Universidade Salgado de Oliveira - Universo. Atualmente faz estágio no NUIDH/Gajop.

## Introdução

Durante o ano de 2012, o Gajop realizou atividades com a temática da Mediação de Conflitos Coletivos com representações comunitárias de municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR): Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Recife. A atividade focal foi o *Curso de Direitos Humanos para Lideranças Comunitárias*, tendo como base o Plano Nacional de Direitos Humanos III, promovido pelo Gajop em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Governo Federal.

Por intermédio do grupo de representantes das comunidades já destacadas, o Núcleo de Investigação em Métodos Não-Violentos de Resolução de Conflitos e Direitos Humanos (NUIDH)/Gajop, projeto apoiado pela União Europeia, iniciou a metodologia de Intermódulo, que consistiu na realização de atividades de formação, elaboração de diagnóstico sobre os conflitos coletivos e realização de mediação de conflitos. No ensejo das duas atividades, Curso e Intermódulo, realizou-se a pesquisa com um grupo de 65 representações comunitárias, com o objetivo de identificar as percepções de acesso à justiça, direitos humanos e mediação de conflitos como acesso à justiça extrajudicial.

As hipóteses formuladas foram as seguintes: 1) a percepção sobre acesso à justiça ainda se foca no acesso ao Poder Judiciário; 2) a incorporação da mediação de conflitos como forma de acesso à justiça é fragilizada.

A investigação realizou-se por meio de entrevistas semiestruturadas, guiadas com perguntas abertas e fechadas, possibilitando, dessa forma, que as pessoas entrevistadas expliquem suas ideias em relação aos temas apresentados. O roteiro estabelece-se em quatro partes: 1) perfil socioeconômico das lideranças comunitárias; 2) participação em movimentos comunitários; 3) níveis de confiança nas instituições; 4) opinião sobre a concepção de justiça, mediação de conflitos e direitos humanos.

A aplicação prévia da entrevista resulta no teste de verificação da sua eficiência, inclusive para possível correção e adequação do instrumento de coleta de dados.

Destaque-se que, muito embora o universo de 65 pessoas entrevistadas seja expressivo, tomando por base o curso para lideranças comunitárias realizado pelo Gajop, esta pesquisa tem um caráter de amostragem. Trata-se de um diálogo sobre alguns pontos de vista no contexto e diversidade de lutas sociais.

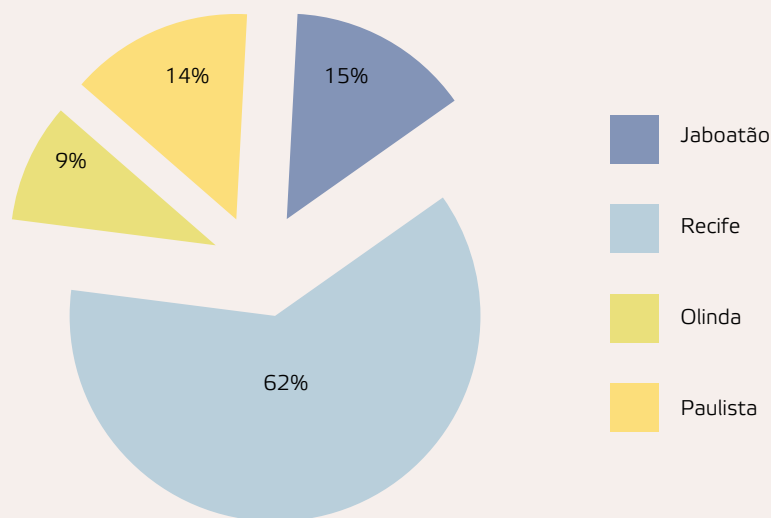
Por fim, a análise da pesquisa realizou-se com os líderes entrevistados por meio da apresentação dialogada dos dados. A contribuição dos atores envolvidos nas ações do Gajop faz parte da proposta pedagógica.

# 1 Perfil socioeconômico das lideranças

Nesta seção, destacar-se-ão os municípios pesquisados. Em seguida, dar-se-á ênfase aos aspectos socioeconômicos: a questão de gênero, faixa etária, identidade raça/etnia, grau de escolaridade, tempo de atuação como líder, trabalho de maior importância na comunidade, ocupação atual, renda e tempo de residência, tendo como fonte o Banco de Dados do Gajop/PE.

A grande maioria dos entrevistados é do município do Recife, seguido do município de Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista. Observa-se que a diferença de percentual ilustra o trabalho exercido pelo Gajop na capital de Pernambuco, bem como o trabalho de mediação de conflitos coletivos iniciados nas comunidades do Pina e Ibura em 2012 (Gráfico 1).

**Gráfico 1 | Lideranças Comunitárias por Município**

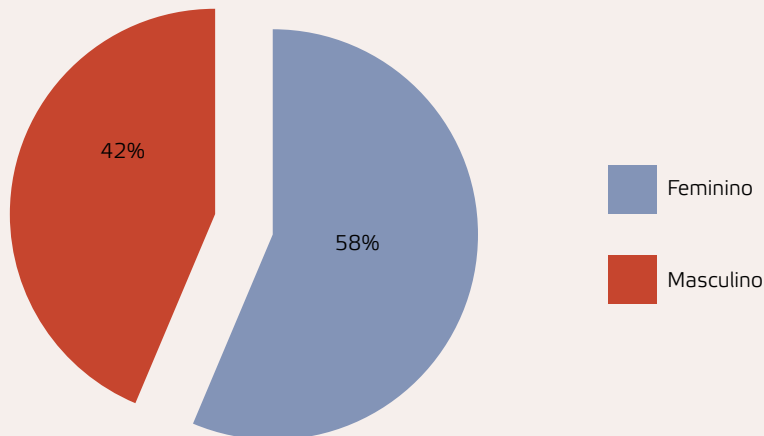


A aplicação desta pesquisa ilustra, no tocante à questão de gênero, a quebra do paradigma de que os homens identificavam-se como grande maioria entre as lideranças comunitárias. O Gráfico 2 indica que a maior parte são mulheres, totalizando 58

[...] As mulheres estão participando mais dos espaços de discussão, dos espaços onde se discutem as políticas públicas. Antigamente, existia um número bem maior de homens que estavam mais ligados à política, aos espaços de discussão de poder. Ela percebe que precisa estar em outros espaços para garantir seus direitos. Os homens têm percebido que ela dá uma contribuição significativa, dá outra cara, outra visão a essas discussões das políticas públicas. (Alessandro Monte – Movimento Popular de Saúde).

Os homens estão se redimindo mais, porque estão vendo que as mulheres estão se unindo. No dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher), fizemos uma caminhada, que saiu do Parque 13 de Maio e fomos até o Pátio do Carmo; com a presença de muitos homens, por isso, acho que estamos quebrando o lado machista. (Sandra Jacinta Furtado – Dom Hélder, Paulista).

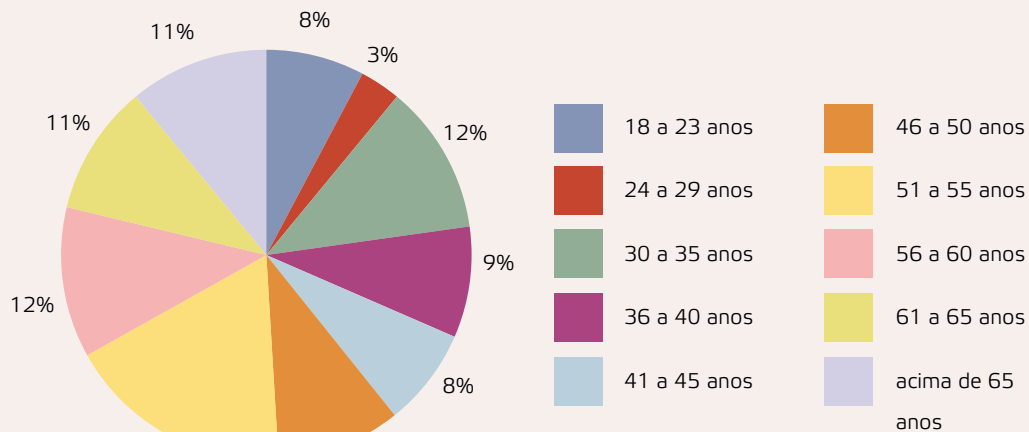
**Gráfico 2 | Por Gênero**



Quanto aos dados referentes à faixa etária das lideranças comunitárias, expressam que 89% encontram-se na fase adulta. Nessa conjuntura, enfatiza-se que 22% dos líderes estão na faixa etária acima de 65 anos de idade, um número expressivo considerando que continuam atuantes (Gráfico 3).

Pelo Ibope, o Brasil está cada vez mais velho. O que é isso? Nasceram menos crianças [...]. A faixa de idosos – 50, 60 anos – está sendo maior que a dos adolescentes, que estão sendo mortos por conta das drogas, e a dos que estão nascendo. (Rosana de Souza Brasil – CACVP).

**Gráfico 3 | Faixa etária das lideranças comunitárias**

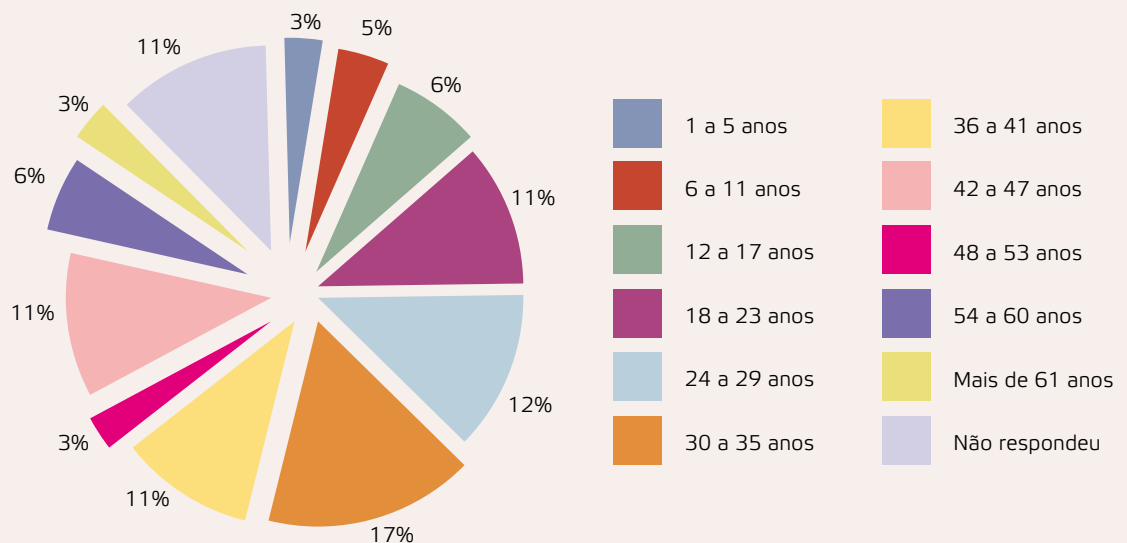




Com o propósito de estabelecer um sentimento de pertencimento, considerando o tempo de residência das lideranças, há nesta pesquisa um indicativo de observar esse tempo, ora quantificado entre um ano e acima de 61 anos de residência. Destaca-se, a princípio, o significativo tempo de moradia que corresponde a mais de 18 anos na comunidade. Ao percorrer o gráfico, identifica-se um percentual de 65% da faixa que varia entre 18 e 53 anos. Outra informação expressiva situa-se no maior percentual do gráfico correspondendo a 17% das lideranças que residem no mesmo espaço, ou seja, entre 30 e 35 anos (Gráfico 4).

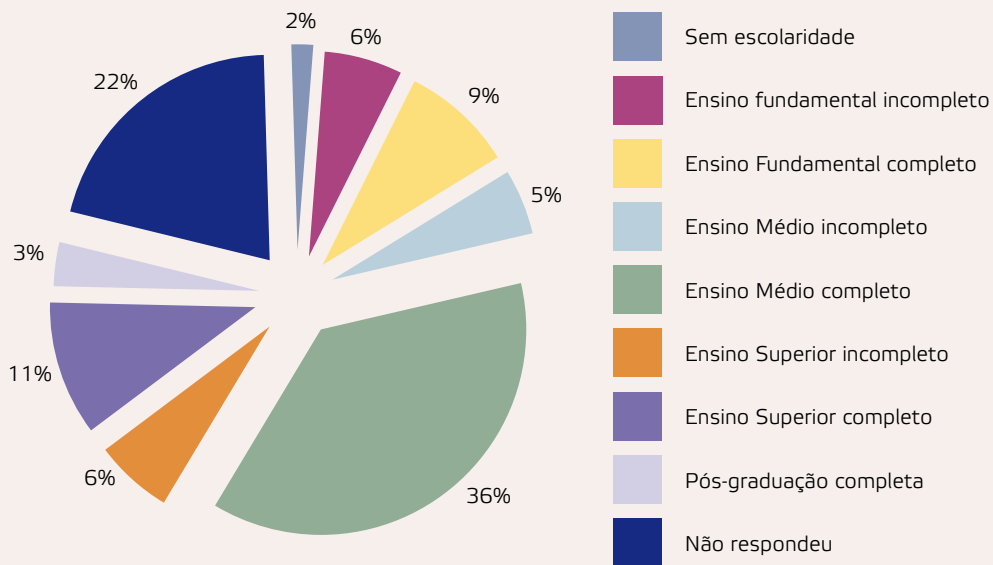
Vale notar que esse espaço temporal, de certa forma, viabiliza o trabalho das lideranças por estarem presentes acompanhando as mudanças e transformações que ocorrem, seja o entendimento quanto ao modo de vida, hábitos e costumes que vão sofrendo alterações, as modificações em vias públicas, as novas construções, seja nas relações interpessoais com a formação de novas famílias, o advento do crescimento e desenvolvimento econômico, incluindo a violência nesse contexto de progresso da comunidade.

**Gráfico 4 | Tempo de residência na comunidade**



Pode-se inferir que, do ponto de vista do grau de escolaridade das pessoas entrevistadas, é considerável o número daquelas que possuem curso médio completo com um percentual de 36%, seguido de ensino fundamental completo, perfazendo um total de 9%, além do número interessante dos que são formados em curso superior completo totalizando 11% das pessoas entrevistadas. Os 22% que não responderam tem a ver com a faixa adulta de 31 a 60 anos (Gráfico 5).

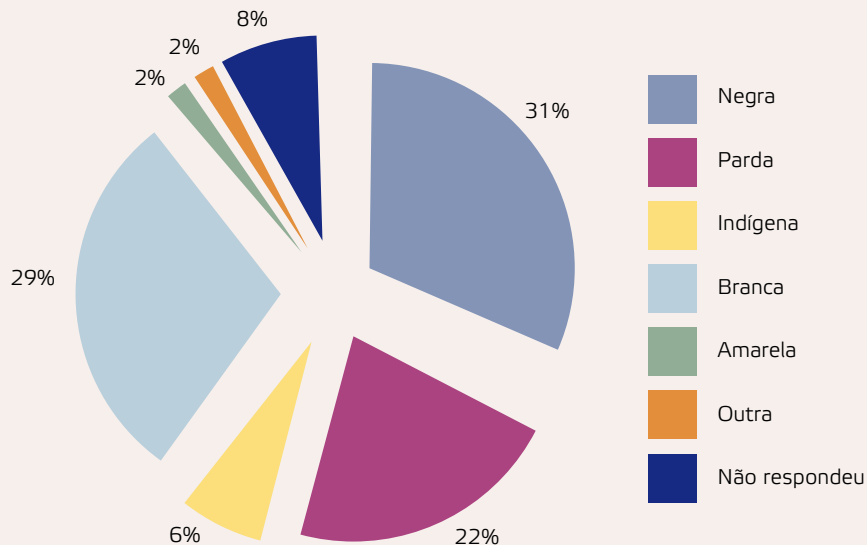
**Gráfico 5 | Escolaridade**



No estudo desta pesquisa investigatória, algumas questões como o reconhecimento no recorte de raça/etnia, o autor reconhecimento como população negra (31%) e branca (29%) apresentam o percentual que as distancia em apenas 3%, seguida pela identificação como pardos de 22%.

Contudo, o público da pesquisa é predominantemente de negros, levando-se em consideração que 2% apresentados no gráfico como outra identificaram-se com outros nomes que estão associados à população negra, ressaltada pela autoafirmação: moreno; isso pode ser confirmado (Gráfico 6).

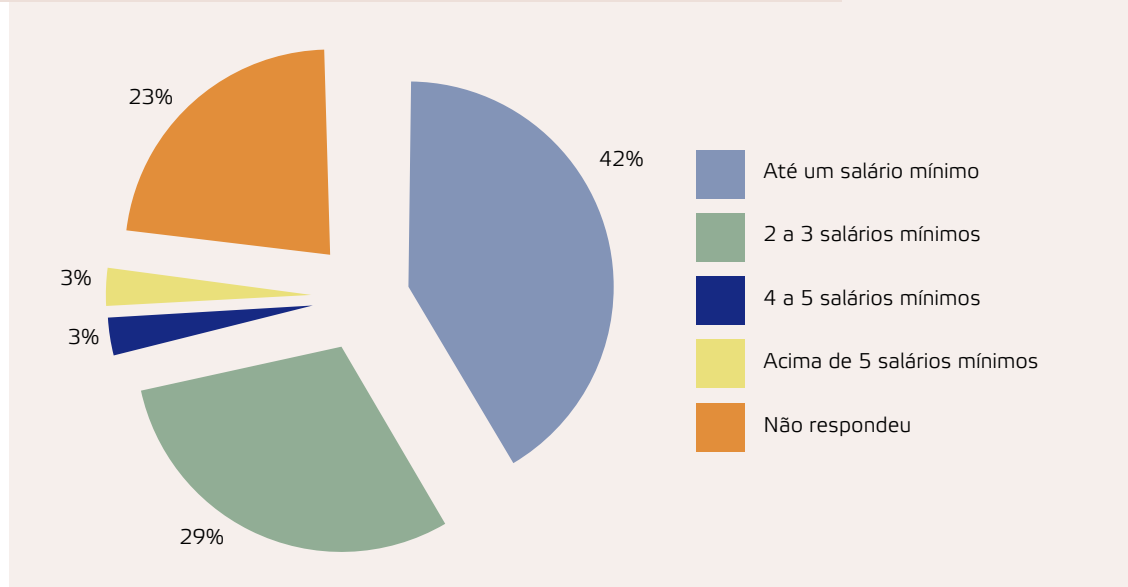
**Gráfico 6 | Identidade étnico/racial**



No segmento de renda dos entrevistados, vale destacar que as pessoas entrevistadas exercem as mais diversificadas profissões, desde agentes de saúde, aposentados, autônomos, auxiliar de serviços gerais, coordenadores, desempregados, educadores, estudantes e estagiários, funcionários públicos, vigilantes, líderes comunitários e mediadores, dentre outras atividades profissionais. Nesse cenário, há também aqueles que exercem mais de uma atividade profissional, totalizando cinco pessoas entrevistadas.

Quanto à renda individual,<sup>2</sup> responderam que recebem até um salário mínimo, número significativo perfazendo um total de 42%, seguido de 29% aqueles que recebem entre dois e três salários (Gráfico 7). Apenas 3% recebem entre quatro e cinco salários-mínimos, o mesmo percentual das pessoas que recebem acima de cinco salários mínimos.

**Gráfico 7 | Renda dos entrevistados**



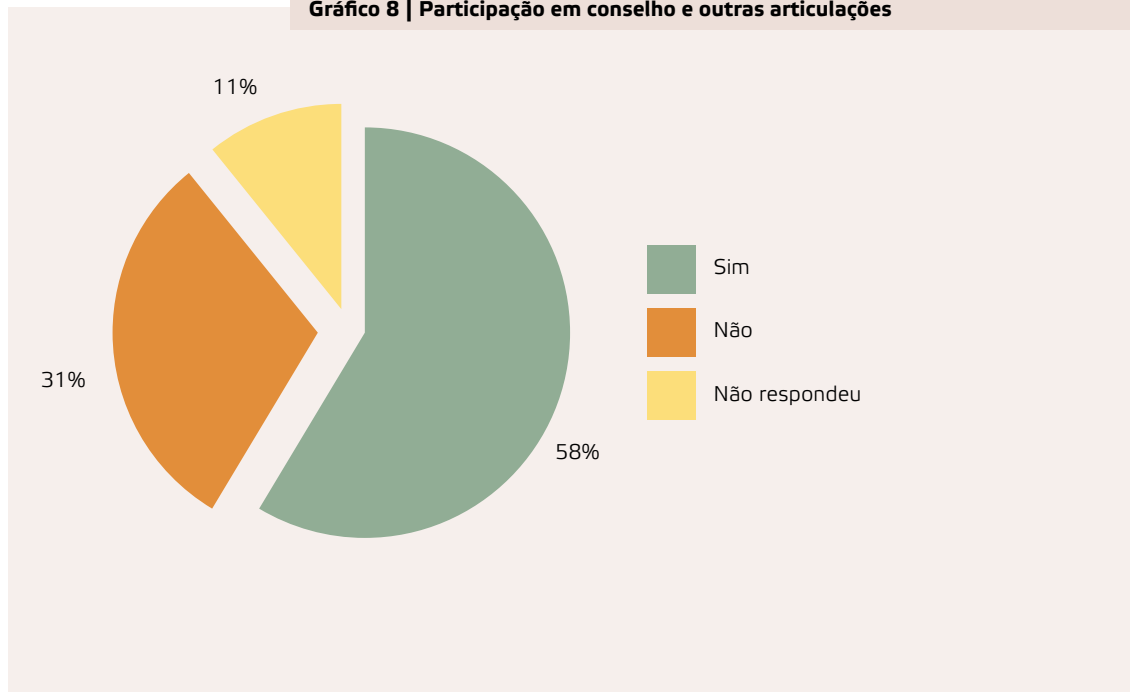
<sup>2</sup> O valor salarial à época da pesquisa é de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), correspondente ao salário mínimo de 2012.

## 2 Atuação das lideranças comunitárias

Esta parte da pesquisa mostra o fluxo de participação social e as lutas vivenciadas na comunidade. Para além dos espaços locais, ou seja, espaços na própria comunidade, também se aponta a participação e o controle social em outras esferas, a exemplo dos conselhos e outras articulações.

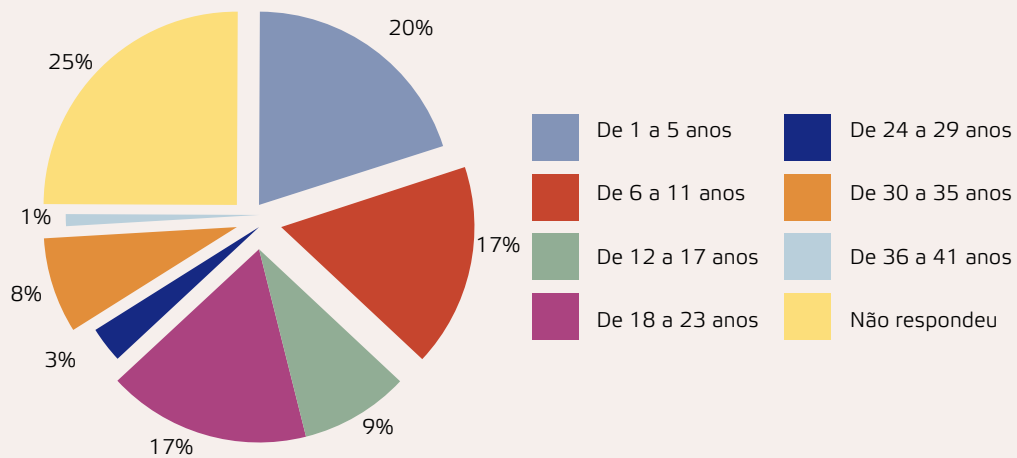
No tocante à participação das lideranças, identifica-se que 58%, ou seja, a maioria respondeu que participa de alguma modalidade de conselho ou mesmo participam de entidades afins. Seguido de um total de 31% que não participam de nenhum conselho e 11% que não responderam (Gráfico 8).

**Gráfico 8 | Participação em conselho e outras articulações**



Conforme o Gráfico 9, a atuação dos líderes varia entre um e vinte e três anos de forma expressiva, totalizando um percentual de 63%. Observe-se que 25% não responderam, seguindo-se 20% que correspondem à atuação entre um e cinco anos.

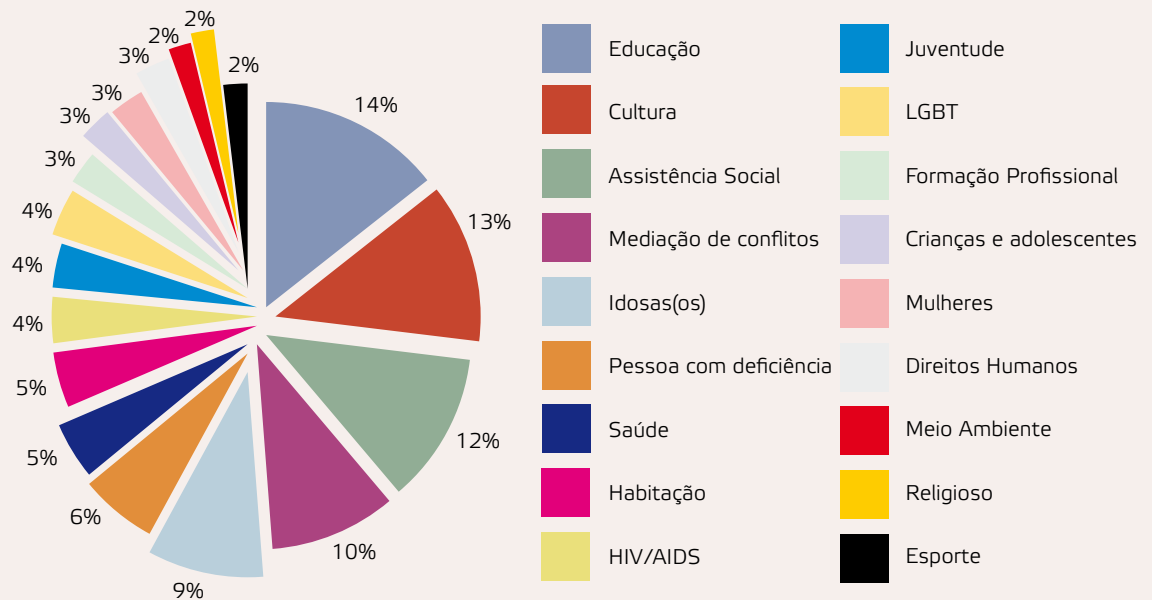
**Gráfico 9 | Tempo de atuação das lideranças comunitárias**



Essa diversidade de atuação é uma das expressões da mudança de paradigma da própria atuação dos movimentos sociais. Com as diversas demandas contra as violações aos direitos humanos, surge a luta por reconhecimento de direitos nas áreas de educação, saúde, crianças e adolescentes, cultura e habitação entre outras (Gráfico 10).

[...] por exemplo, minha área prioritária é saúde [...]. Um centro de saúde na sua amplitude são todos os bens de serviço que dão ao cidadão estado de saúde. Então, moradia, trabalho, habitação [...]. (Alessandro Monte – Movimento Popular de Saúde).

**Gráfico 10 | Área de atuação**

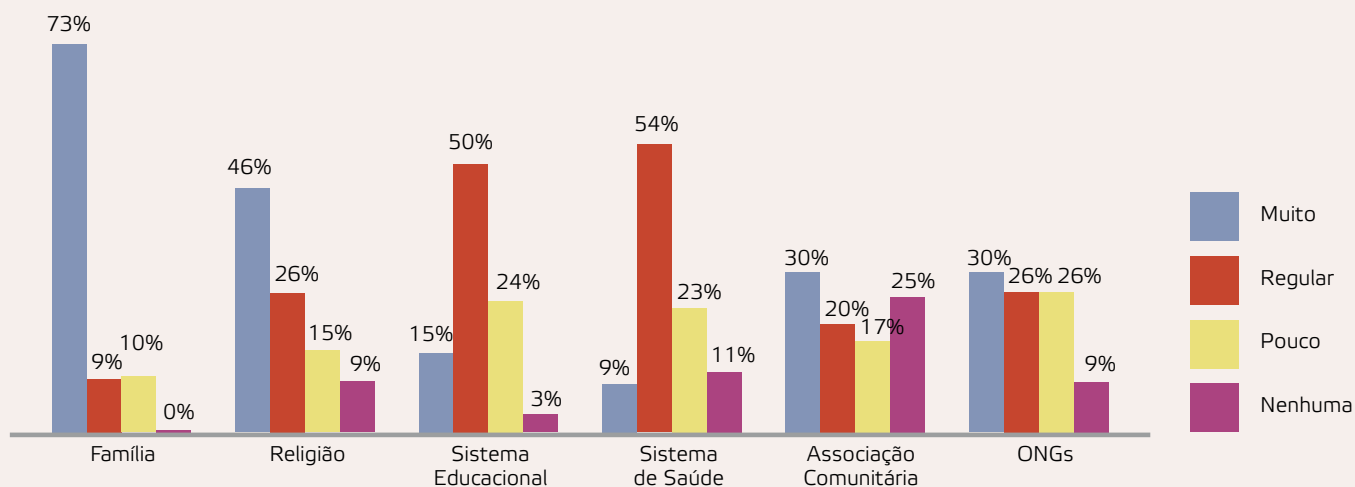


### 3 Níveis de confiança nas instituições

Quanto às percepções e aos níveis de confiança, destacam-se 14 categorias, sobre as quais as entrevistas atribuíam os níveis de confiança: muito, regular, pouco ou nenhum. Serão apresentados conforme sequência.

No Gráfico 11, agregam-se as categorias de família, igreja, sistema educacional, sistema de saúde, associação comunitária e ONGs. Chama a atenção o nível de confiança na família (73%) e na religião (46%), aqui categorizado como “muito”. Também se observa a expressiva confiança regular no sistema educacional (50%) e de saúde (54%). No que concerne às Associações Comunitárias (30%) e ONG (30%), observam-se respostas lineares quanto ao nível de confiança ilustrado como “muito”. Contudo, também são significativos os níveis de confiança “nenhuma” (25%) nas Associações, seguido de 20% que têm confiança “regular”. O gráfico expressa uma oscilação também no que diz respeito às ONG, quando se ressalta o mesmo percentual de 26% para “regular” e “pouco”.

**Gráfico 11 | Níveis de confiança: família, religião, sistema educacional, sistema de saúde, associação comunitária e ONGs**

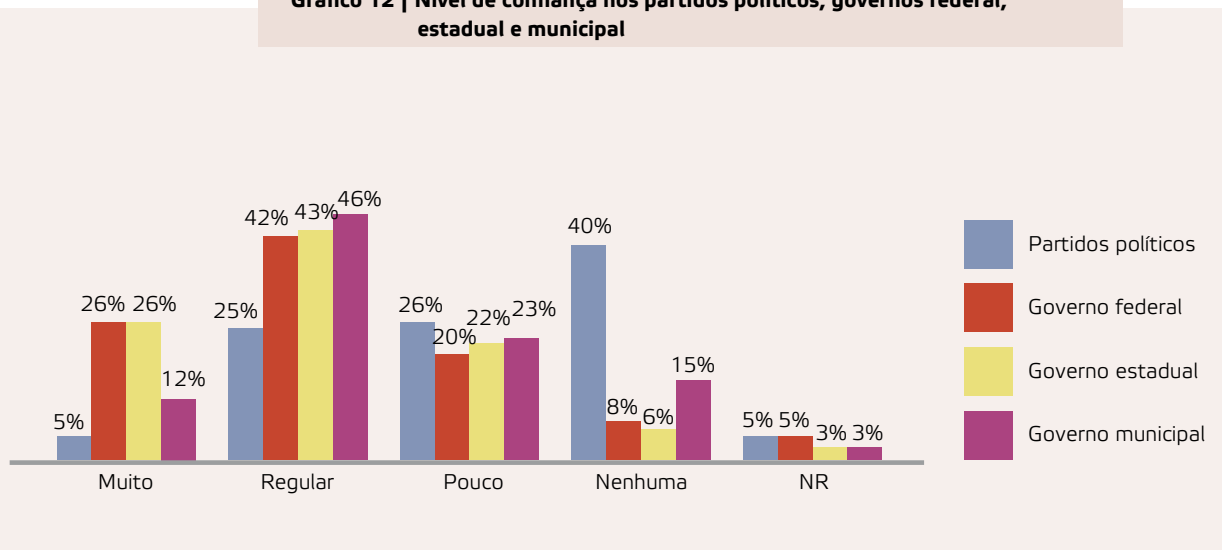




Adentrando a análise sobre o contexto político-institucional, a pesquisa também questionou sobre o nível de confiança nas instituições partidárias e nos três níveis de instituição: federal, estadual e municipal.

No Gráfico 12, observa-se uma linearidade nas respostas das categorias “regular” e “pouco”, no que diz respeito às gestões.<sup>3</sup> Na categoria “regular”, o percentual para o governo nacional é de 42%, para o estadual 43% e 46% na gestão municipal. Também ocorre na categoria pouco: gestão nacional 20%, estadual 22% e 23% o municipal. Mesmo sem ser expressivo, observa-se um percentual de 15% que não têm confiança na gestão municipal.

**Gráfico 12 | Nível de confiança nos partidos políticos, governos federal, estadual e municipal**

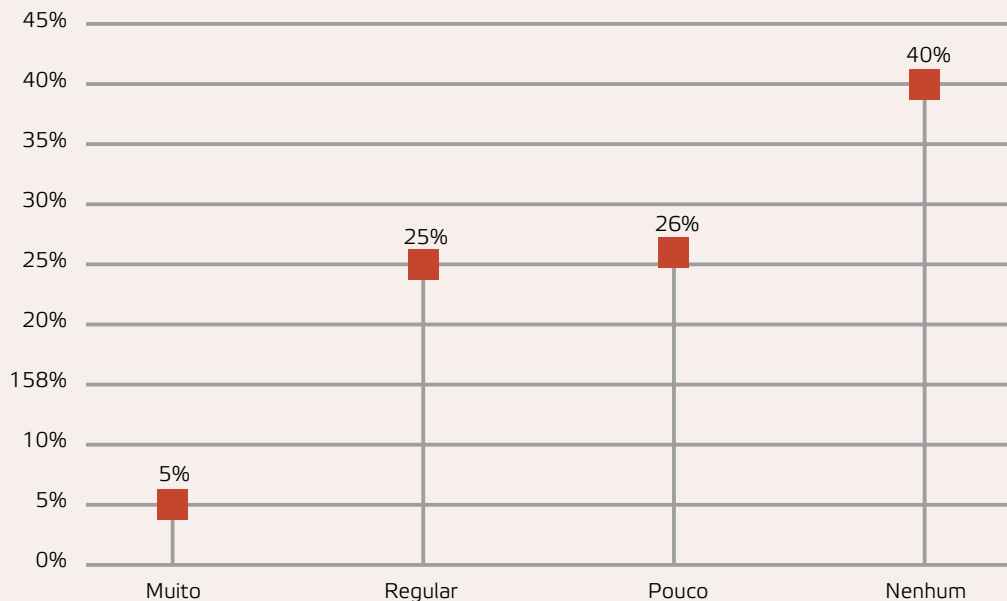


<sup>3</sup> A pesquisa realizou-se em ano de eleições municipais (2012)

Observa-se uma latente falta de credibilidade nos partidos políticos. Ilustra-se, no Gráfico 13, a crescente negativa no que diz respeito aos partidos políticos, evoluindo de 5%, no nível de confiança “muito”; 25%, regular; 26% pouco e 40% nenhuma.

O desgaste está em todos os partidos. As confusões já existiam antes, só que eram íntimas, dentro do partido e hoje estão fora, na população. Tem uma divisão [fragmentação] entre eles [partidos]. (Vera Lúcia da Conceição – Movimento em Alerta).

**Gráfico 13 | Nível de confiança em partidos políticos**

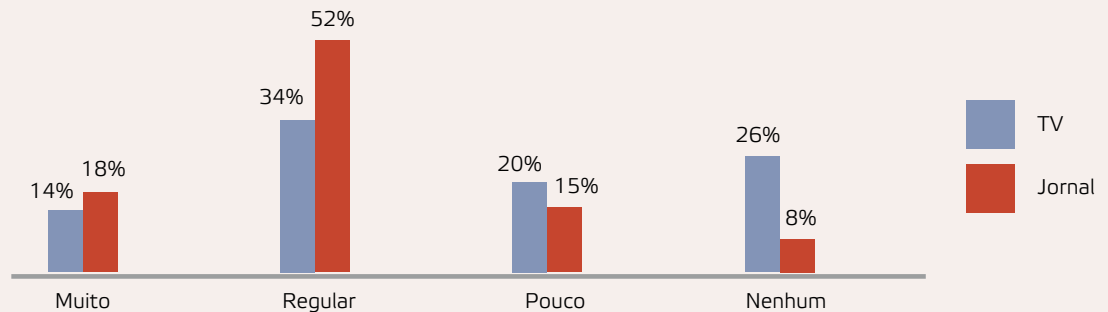


A pesquisa contempla o nível de confiança na mídia, levando-se em consideração os meios de comunicação de maior abrangência: rádio e TV. Os percentuais de 34% (TV) e 52% (jornal) na categorização de “regular” são os mais expressivos (Gráfico 14).

As três categorias – “regular”, “pouco”, “nenhuma” – aparecem com respostas expressivas e aponta para uma mudança de percepção, muito embora a TV e o rádio ainda sejam aparelhos ideológicos de bastante força na disseminação do sistema de ideias dominantes.

Se vocês estão falando sobre a questão da mídia, a comunicação, a divulgação, esse trabalho tem de ser mostrado, ele tem contribuído muito com o trabalho em rede [...] apesar de que a gente ainda está longe [...], ele dá essa credibilidade, esse crescimento [...] do que realmente acontece. (Rosana de Souza Brasil – CACVP).

**Gráfico 14 | Nível de confiança em jornal e TV**

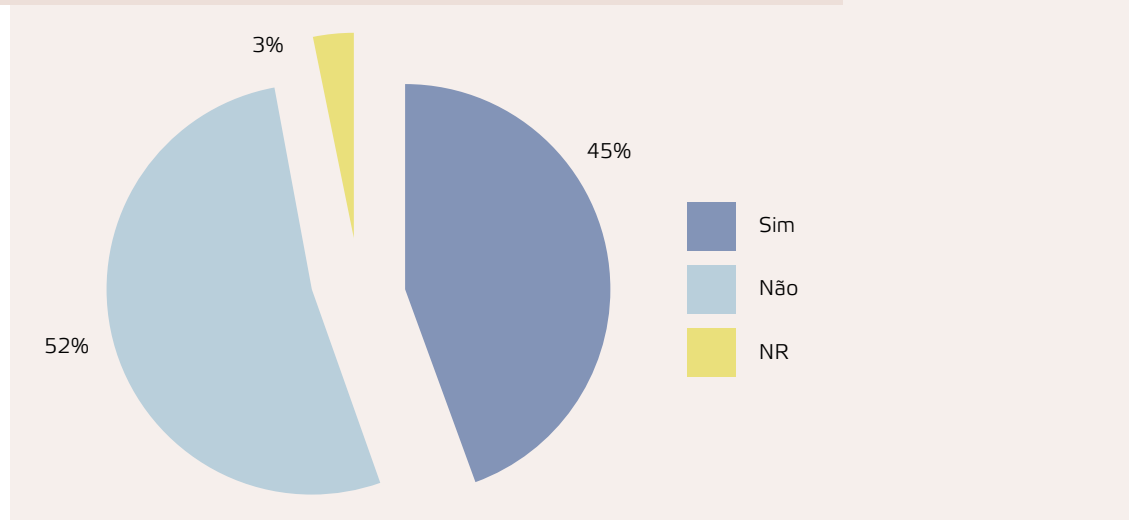


## 4 Percepções de justiça, direitos humanos e segurança

### 4.1 A percepção sobre o acesso à justiça

Os dados confirmam a hipótese da pesquisa de que a percepção dos líderes sobre justiça diz respeito ao Poder Judiciário, justiça na perspectiva formal. Sobre esse tema específico, só uma pessoa respondeu mediação de conflitos como justiça informal. É importante salientar que vários líderes entrevistados participaram na realização das atividades do intermódulo,<sup>4</sup> que consistiu na mediação de conflitos coletivos na perspectiva dos direitos humanos – leia-se formação e prática de mediação –, bem como de alguns cursos de formação sobre mediação de conflitos, representando um percentual de 45%, conforme o Gráfico 15.

**Gráfico 15 | Formação quanto à mediação de conflitos**



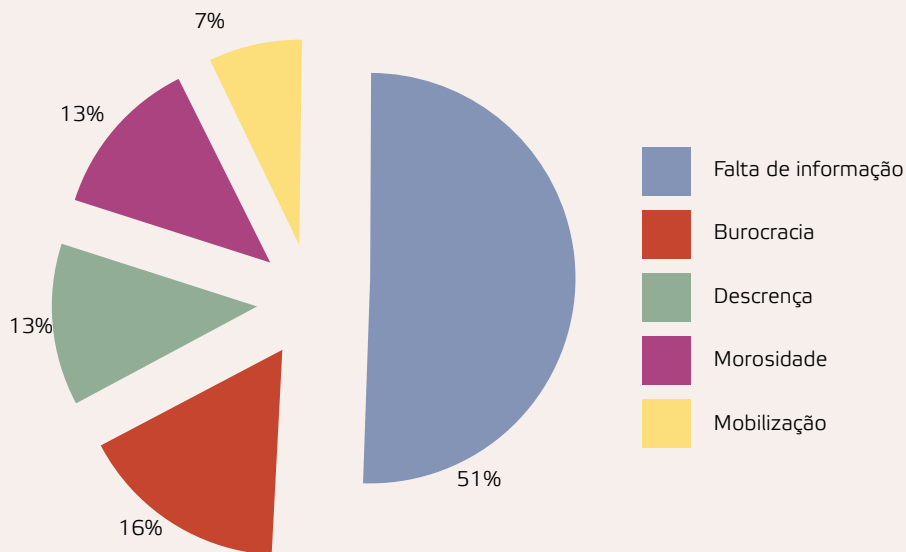
4 Formação em mediação de conflitos coletivos.

#### 4.1.1 Desafio da comunidade para acessar a justiça

Ainda se pautando na análise sobre a justiça, entre as pessoas que responderam sobre o maior problema/desafio que impede e/ou fragiliza o acesso à justiça, a falta de informação aparece com 51%, seguindo-se a burocracia (16%), descrença (13%), morosidade (13%) e mobilização (7%). Refletindo sobre esses desafios, observa-se que burocracia, descrença e morosidade– ligam-se a uma estrutura hermética do Poder Judiciário, que tem como uma de suas consequências o distanciamento da população, sendo possível o acesso apenas para algumas e alguns, estabelecendo relações de acesso desiguais. A mobilização social (7%) entendida como um processo educativo e vivência do exercício da cidadania aparece, nesse cenário, como um dos desafios do acesso à justiça (Gráfico 16).

Por exemplo, se eu trabalho na prevenção e no enfrentamento à violência, isso vai me dar um olhar [sobre a informação]. (Rosana de Souza Brasil – CACVP).

Gráfico 16 | Acesso à Justiça



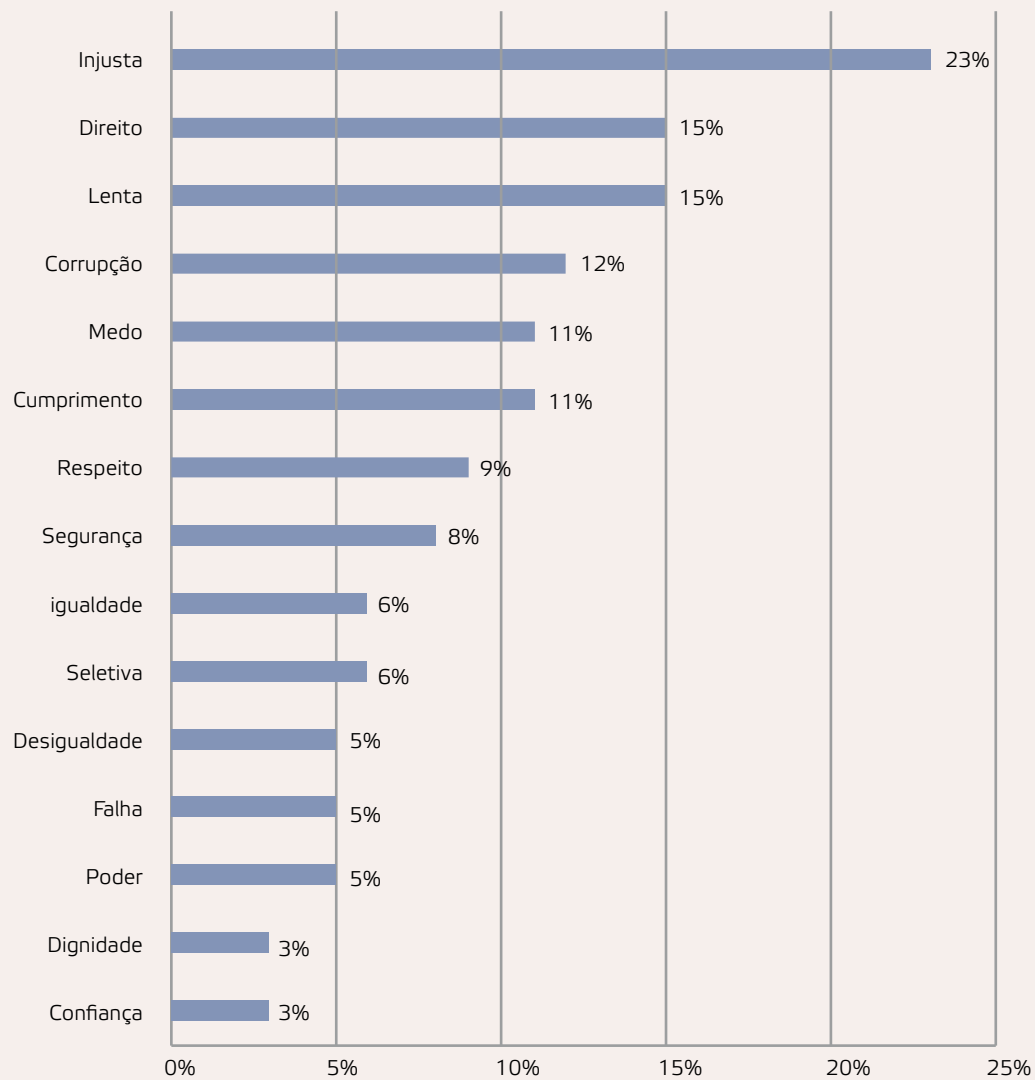
#### **4.1.2 Percepção de acesso à Justiça**

A percepção de Justiça como sinônimo de Poder Judiciário dá-se por uma visão negativa. Os dados acima apontam: injustiça para 23%, lenta 15%, corrupção 12%, medo 11%; funciona para algumas pessoas (6%) e desigualdade (5%). Se contabilizar as porcentagens de cada palavra negativa, têm-se um somatório de 72%, representando mais da metade do universo pesquisado.

É notório o maior descrédito dos entrevistados na Justiça como Poder Judiciário. O gráfico apresenta Justiça como sinônimo de direito (15%), cumprimento (11%), respeito (9%), igualdade (6%), dignidade (3%) como uma concepção mais recorrente de Justiça, conforme exposto no Gráfico 17. A concepção dos entrevistados se divide entre acreditar ou desacreditar no Poder Judiciário. A percepção de desigualdade e sentimento de injustiça associa-se a um comportamento de descrença em relação a ele. Os líderes não consideraram a ideia de Justiça social.

O que chama atenção na pesquisa é a justiça como sinônimo de medo (risco ou uma ameaça real ou imaginária), representando 11%. Há uma ideia negativa de que a justiça não consegue responder aos problemas que surgem no âmbito da efetividade dos direitos. Primeiro, porque a sociedade não confia nessa instituição, ou ainda por acreditar que ela seja corrupta. Sendo assim, nesse contexto, esta realidade se apresenta com o percentual de 12%.

**Gráfico 17 | Percepção em relação à Justiça**

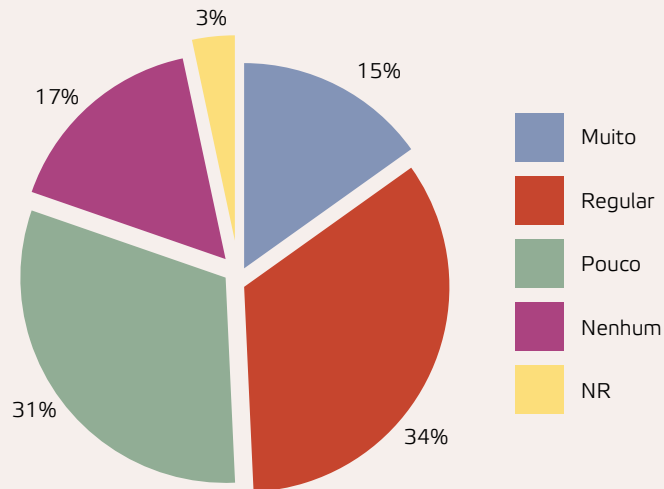


### 4.1.3 Confiança na justiça

Quanto ao nível de confiança na instituição Justiça os dados foram 34% regular, seguido de 31% que têm pouca confiança e 17% não têm nenhuma confiança. Se agregar “pouca” e “nenhuma confiança”, obtém-se um percentual de 48%, o que representa quase a metade das pessoas entrevistadas. Nessa conjuntura de relativo ceticismo, apenas 15% se identificam como pessoas que acreditam na Justiça (Gráfico 18).

A Justiça é um nó na garganta para as comunidades [...] vemos absurdos no sentido de justiça. Casos mal resolvidos, ou ainda casos com muitos injustiçados. Muitas vezes parece que ninguém vai resolver nada. (Antonio Noronha – Comunidade do Pina).

Gráfico 18 | Nível de confiança na Justiça



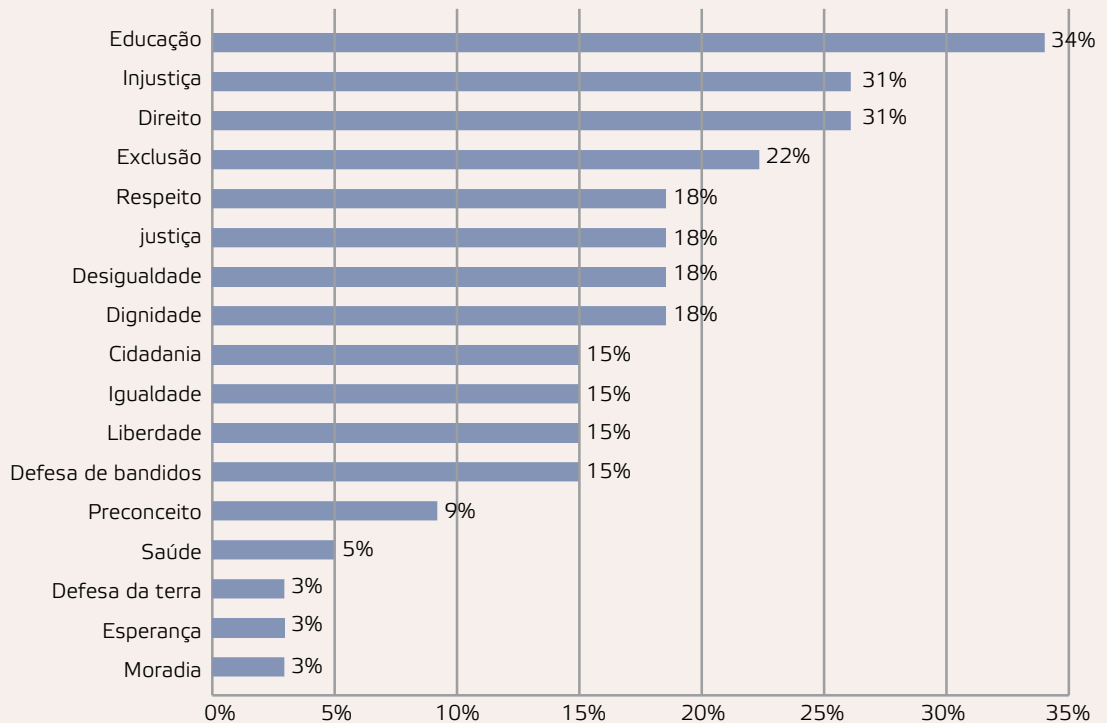


## 4.2 As reflexões das lideranças comunitárias sobre direitos humanos

Quanto à percepção de direitos humanos, registra-se que 34% expressaram a educação no contexto dos direitos humanos de forma prioritária. A questão da injustiça com um percentual significativo correspondendo a 31% e com a categoria direito 31%; em seguida, ilustra-se a questão da exclusão social, que se apresenta no equivalente a 22% das entrevistas (Gráfico 19).

Entretanto, outro dado considerável pontua-se nas categorias: respeito, justiça, desigualdade e dignidade, cada uma com um percentual igualitário de 18%; e os direitos humanos como uma categoria que se pauta na defesa de bandidos segundo 15% das pessoas entrevistadas.

**Gráfico 19 – A percepção dos direitos humanos**



Nesse contexto dos direitos humanos, observaram-se como pontos negativos: desigualdade, injustiça, impunidade, preconceito, exclusão; e, de forma surpreendente, vale observar, os direitos humanos apresentam-se como categoria que se encontra a serviço da defesa de bandidos. O entendimento equivocado sobre esse tema, em determinadas ocasiões, contribui para frases como: “Os direitos humanos existem para bandidos, mais precisamente para defender bandidos, e não para as pessoas de bem.”

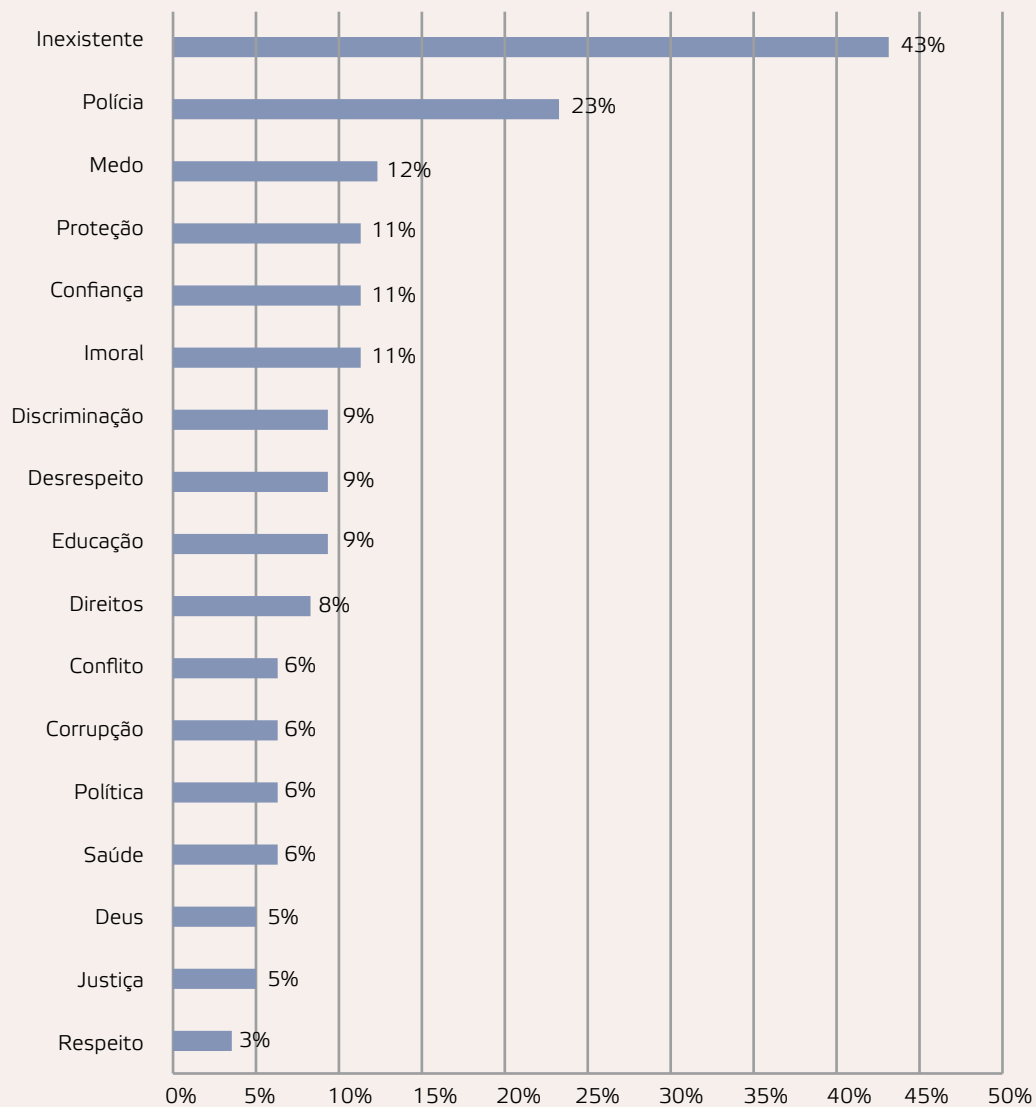
### **4.3 Percepção de segurança**

No que concerne à segurança, observa-se a presença forte de aspectos já presentes no discurso cotidiano que demonstram uma tendência ao descrédito na segurança pública, bem como a percepção de insegurança de maneira presente.

Conforme se pode observar no Gráfico 20, foi preponderante a palavra “inexistente”, representada por 43% das respostas no universo de 65 pessoas entrevistadas. Em seguida, com 23%, observa-se que a segurança também é vista como a polícia em si, o que leva a refletir sobre o desafio ainda presente de se pensar a segurança para além da política.

Ainda chama a atenção a associação feita entre segurança e medo (12%), o que revela uma tendência à relação de distanciamento e insegurança na relação estabelecida com a polícia, valendo destacar, também, uma realidade denunciada de desrespeito e discriminação com um percentual de 9% cada um.

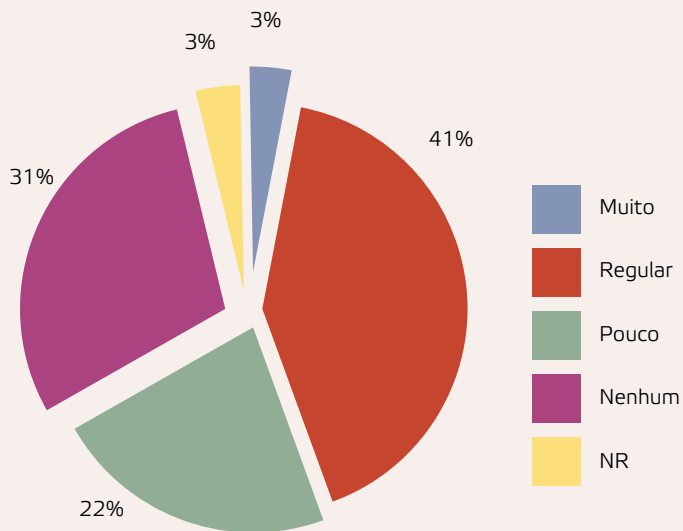
**Gráfico 20 – Percepção de segurança**



Ressalta-se, ainda, o nível de confiança na instituição Polícia (Gráfico 21), quando apenas 3% das pessoas pesquisadas confiam muito, sendo destaque o percentual de 41% que confia de forma regular e 22% que confia pouco. Ainda é alarmante a ausência de confiança na polícia, sendo expressamente visível uma tendência mais ampla aqui representada por 31% que não têm nenhuma confiança.

Até agora, observaram-se associações “negativas” feitas à palavra segurança, contudo, vale ressaltar a presença de uma visão “positiva”, da qual destacamos as palavras proteção e confiança com (11%), bem como educação com 9% e direitos com 8%. De forma pontual, também se salientaram nas entrevistas palavras como justiça com 5% e respeito com 3%.

**Gráfico 21 – Nível de confiança na polícia**



Muito embora seja apenas uma consulta, as respostas aqui apresentadas demonstram uma tendência de visão em contextos mais amplos, principalmente ao observar a relação estabelecida entre o aparelho repressor do Estado e a população ao longo da história.

Hoje temos uma visão ampla da polícia com o Pacto pela Vida e outros programas, mas ainda falta muito para essa proximidade entre sociedade e polícia. (Antonio Noronha – Comunidade do Pina).

## Considerações Finais

O diagnóstico trata da percepção das lideranças comunitárias sobre acesso à justiça, direitos humanos e mediação de conflitos. Os dados confirmam outras pesquisas nacionais de opinião sobre o mesmo tema: descrença na Justiça, inexistência de segurança e direitos humanos como direito de bandido com um percentual alto.

Quanto ao grau de incorporação da mediação de conflitos como acesso à justiça extrajudicial, nas comunidades onde o Gajop atua, apenas uma liderança conseguiu perceber a mediação como uma forma de oportunidade, de discussão para lutar por direitos.

Os grupos mais vulnerabilizados são os que têm maior dificuldade de acesso aos serviços da justiça na perspectiva formal. A possibilidade de garantir direito pela mediação de conflitos tem sido uma grande aposta do projeto NUIDH, no entanto, a formação de líderes não foi suficiente para sensibilizar uma atuação política tendo como instrumento a mediação. A Justiça como sinônimo de Poder Judiciário é uma concepção consolidada na mente das pessoas.

Enfim, quanto ao perfil, percebe-se que a maior parte são mulheres participando nas mais diversas lutas sociais, na idade adulta, isto é, acima de 30 anos e com o 2.º grau completo. Um grupo com renda individual de um salário mínimo, confirmando dados do IBGE que expressa que 32,7% da população brasileira vivem com até um salário mínimo. Quanto à atuação, nota-se uma lista de ações voltadas para a garantia de direitos e em diversos espaços de intervenção social, expressando uma mudança em comparação com as lutas tradicionais, a exemplo da moradia. Quanto ao nível de confiança nas instituições, chama atenção a falta de confiança (pouca ou nenhuma) nos partidos políticos em razão das divergências e brigas internas. A família e a religião ainda são as instituições de maior confiança.

Por fim, o grande desafio posto para quem trabalha na perspectiva de acesso à Justiça e aos Direitos Humanos é a falta de informação sobre os direitos e as novas alternativas de acesso à Justiça.

## **NUIDH**

Valdênia Brito Monteiro

Kelly Regina dos Santos da Silva

Jane Farinazzo

Guilherme Lima de Carvalho

## **Coordenação Executiva**

Ana Célia de Lima

Rodrigo Deodato

**Jornalista** | Mariana Moreira

**Revisão do Texto** | Maria Alves

**Programação visual** | Clara Negreiros

**Poesia** | Poeta Antônio Marinho

### **Apresentação dialogada da pesquisa**

Sônia Cavalcante Borba | RNPJPE e GESTOS

Antonio Noronha Branco | Paróquia do Pina

Maria do Socorro Silva | Grupo de Idosos Tia Fia, Jardim Paulista

Alessandro Monte | Movimento Popular de Saúde (MOPS)

Maria Aparecida F. de Lima | Associação dos Moradores do Curado IV

Paulo Silva | AMAC

Mário Miranda da Silva | RNPPE

João José dos Santos | RNPE

José Costa | RNP-PE

Eurídice Maria da Silva Andrade | AMPAC

Rosana de Souza Brasil | CACVP

Sandra Jacinta Furtado | Dom Hélder | Paulista

Vera Lúcia da Conceição | Mulheres em Alerta

Isabel R. Marinho | Mulheres em Alerta

### **Participação na apresentação dialogada**

Luciana Pionorio Rocha (coordenou o Projeto/2012 de Capacitação de Representantes de Organizações Comunitárias para Ampliação da Participação na Definição de Políticas Públicas//GAJOP)



# Anexo





# Questionário

Questionário sobre a análise de Justiça, Direitos Humanos e Mediação de Conflitos a partir das lideranças comunitárias

Nº Entrevistador(a):	Data:	Duração:
R	Questionário	
Município: ( ) Recife ( ) Olinda ( ) Jaboatão ( ) Paulista		
Nome do Entrevistado(a):		
1   Dados Socioeconômicos do Entrevistado(a)		
Sexo: (1) Masculino (2) Feminino		
Idade: (1) 18 a 23 anos (2) 24 a 29 anos (3) 30 a 35 anos (4) 36 a 40 anos (5) 41 a 45 anos (6) 46 a 50 anos (7) 51 a 55 anos (8) 56 a 60 anos (9) 61 a 65 anos (10) Acima de 65 anos		
Identidade étnico/racial (1) Negra (2) Parda (3) Indígena (4) Branca (5) Amarela (6) Outra:		
Nível Educacional – Ver tabela		
Tempo de atuação como líder comunitário(a) (em anos):		
Trabalho de maior importância que realizou na comunidade?		
Ocupação atual (especificar):		
Renda (individual): (1) Até um salário (2) 2 a 3 salários (3) 4 a 5 salários (4) Acima de 5 salários mínimos		
Tempo de residência na comunidade (em anos):		

## 2 | Participação do Entrevistado(a)

Em que área(s) do movimento comunitário o(a) senhor(a) atua?


O(a) senhor(a) faz parte do Conselho ou de algum outro espaço?  
(1) Sim (2) Não (Se não, pule para o item 3)

Se sim, indique qual(is) os conselhos/espços que o senhor(a) participa?

Se sim, indique qual(is) os trabalhos que o senhor(a) participou nesses conselhos?

## 3 | Opinião do(a) entrevistado(a) sobre a sua concepção de justiça, mediação de conflitos e direitos humanos

Qual o nível de confiança que o(a) senhor(a) deposita nas instituições abaixo relacionadas?

(1) muita (2) regular (3) pouca (4) nenhuma

Família	Governo Federal
Igreja	Governo Estadual
Sistema Educacional	Prefeitura
Sistema de Saúde	Polícia
Associação Comunitária	Exército
ONGs que trabalham no bairro	Televisão
Partidos Políticos	Jornal
Justiça	Outro:

Cite cinco palavras quem vêm à sua cabeça quando ouve a palavra justiça:

palav1

palav2

palav3

palav4

palav5

O(a) senhor(a) já trabalhou na comunidade em ações voltadas ao acesso à justiça?

(1) Sim (2) Não (Se não, pular a próxima questão)

Se sim – Indicar a mais recente

Na sua opinião, as pessoas estão bem informadas sobre como ter acesso à justiça?

(1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Você já recebeu formação para trabalhar com questões ligadas a mediação de conflitos?

(1) Sim (2) Não (Se não, pule as duas próximas questões)

Se sim, qual?

Se recebeu formação, você acredita que ela foi suficiente para lidar com questões voltadas a mediação de conflitos? (1) Sim (2) Não

Você já recebeu formação na área de direitos humanos? (1) Sim (2) Não

Cite cinco palavras quem vêm à sua cabeça quando ouve a palavra direitos humanos:

palav1

palav2

palav3

palav4

palav5

Qual o maior problema/desafio(s) da comunidade com relação ao acesso à justiça?

Cite cinco palavras que vêm à sua cabeça quando ouve a palavra segurança:

palav1

palav2

palav3

palav4

palav5

Eu \_\_\_\_\_, confirmo que respondi as informações contidas no presente questionário com a finalidade de contribuir para a pesquisa: "Análise da percepção de Justiça, Direitos Humanos e Mediação de Conflitos", realizada pelo GAJOP.



